



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Administração 2021-2024

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Objeto – Impugnação ao edital - TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2023

Impugnantes - OBJETIVA CONCURSOS LTDA E SARMENTO CONCURSOS LTDA

Autoridade encarregada do Julgamento – Presidente da CLP e Equipe de Apoio

As empresas **OBJETIVA CONCURSOS LTDA** e **SARMENTO CONCURSOS LTDA**, devidamente qualificadas nos autos do processo administrativo em questão, apresentaram **IMPUGNAÇÃO** ao Edital da Tomada de Preços n. 08/2023 (Processo nº 61/2023).

De antemão, cabe informar que, após uma análise cuidadosa das impugnações recebidas, observou-se que os pontos levantados são essencialmente os mesmos. Dessa forma, torna-se adequado fornecer uma resposta única e consistente.

RELATÓRIO

Em síntese, as Recorrentes sustentam que no edital da licitação há exigências que extrapolam o disposto na lei e, por isso, buscam a retificação de tais itens, a fim de evitar restrições desnecessárias e garantir a busca pela contratação mais vantajosa.

Nesse sentido, argumentam que o edital contém uma exigência de realização de visita técnica aos locais de ocorrência de prova, o que está diretamente vinculado aos critérios de possibilidade de participação e subsequente habilitação no certame.

As Recorrentes sustentam que essa exigência específica impõe uma restrição desproporcional à participação dos licitantes, uma vez que nem sempre é viável ou economicamente razoável realizar visitas técnicas prévias aos locais em questão. Isso pode prejudicar empresas que, apesar de possuírem a capacidade técnica necessária, não conseguem realizar a visita por limitações de tempo, distância ou custos envolvidos.

Aduzem que essa exigência vai além do que é essencial para garantir a qualidade e a adequação das propostas dos licitantes, podendo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Administração 2021-2024

configurar uma barreira injustificada à participação de empresas qualificadas e interessadas em concorrer de forma equitativa no processo licitatório.

As Recorrentes ressaltam que essa exigência pode ser aplicada caso a licitante seja selecionada como vencedora do certame, mas não deve ser utilizada como um obstáculo para impedir seu acesso ao procedimento licitatório.

Além disso, as Recorrentes alegam que a exigência de comprovação de regularidade de concursos públicos perante os Tribunais de Contas é um excesso de formalismo sem qualquer embasamento legal ou justificativa plausível.

Argumentam que essa exigência vai além do escopo da licitante, uma vez que a regularidade dos concursos públicos é de responsabilidade das Administrações Públicas e dos respectivos Tribunais de Contas. A licitante é contratada para realizar um certame público específico, e não possui controle ou influência sobre os processos de registro de regularidade junto aos Tribunais de Contas.

Por fim, as Recorrentes solicitam a retificação dos itens 7, 7.1, 7.4.1, 7.4.2, 27.9, 42, 42.1, 42.2 e 42.3 do Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 08/2023, a fim de que seja excluído do edital as exigências de visita técnica e da certidão ou declaração expedida pelo órgão de controle externo, a fim de viabilizar a ampla competição no procedimento licitatório.

DECISÃO

De início, verifica-se que as presentes impugnações são **TEMPESTIVAS**, uma vez que cumpriram as normas do instrumento convocatório, bem como o disposto no artigo 41, §2º, da Lei nº 8.666/93, **razão pela qual devem ser conhecidas, analisadas e decididas.**

Cabe ressaltar que a Administração procura o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e, especialmente, o princípio da competitividade.

É importante ressaltar que a Administração tem como objetivo primordial o interesse público, buscando garantir a observância dos princípios fundamentais da licitação e dos atos administrativos. Dentre esses princípios, destacam-se a legalidade, a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório e, principalmente, o princípio da competitividade.

Nesse sentido, o princípio da competitividade visa fomentar a ampla concorrência entre os licitantes, assegurando que todas as empresas habilitadas tenham igual oportunidade de participar do certame e apresentar suas propostas. Essa competitividade contribui para a obtenção das melhores



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda
Administração 2021-2024

condições e preços para a Administração, além de promover a eficiência e a qualidade dos serviços contratados.

Além do que, ao promover a competitividade e a participação de mais empresas, a Administração Pública busca alcançar a máxima eficiência na contratação de bens e serviços, garantindo o melhor retorno para a sociedade como um todo, o que obviamente é contrário a qualquer direcionamento.

Desse modo, a exigência da visita técnica visa garantir que a empresa tenha conhecimento prévio das condições em que as provas serão realizadas, a fim de possibilitar a formulação adequada de propostas e evitar contratempos durante a execução dos serviços. Além disso, visa prevenir alegações de insuficiência financeira que possam comprometer a execução adequada dos serviços contratados.

Além disso, a exigência de apresentação da certidão ou declaração de regularidade perante os Tribunais de Contas, em relação a concursos públicos anteriores, busca garantir que a empresa licitante tenha cumprido adequadamente suas obrigações em certames anteriores, demonstrando capacidade técnica e idoneidade para a realização das atividades propostas.

Dessa forma, as exigências objetivam promover a transparência, a eficiência e a qualidade na realização dos serviços, garantindo que as empresas licitantes tenham o conhecimento necessário para a elaboração adequada de suas propostas e as condições financeiras e técnicas para executar os serviços contratados de forma satisfatória.

No entanto, considerando que a Administração poderá verificar e comprovar essas exigências em outros momentos do processo licitatório, como na fase de avaliação da proposta técnica, e também visando garantir uma concorrência ampla e uma seleção mais vantajosa, **fica determinada a exclusão das exigências mencionadas nos itens 7, 7.1, 7.4.1, 7.4.2, 27.9, 42, 42.1, 42.2 e 42.3 do Edital de Licitação - Tomada de Preços nº 08/2023, para efeitos de habilitação e participação no certame.**

Sendo assim, a realização de visita técnica aos locais de ocorrência das provas e a apresentação da certidão de órgão de controle externo serão opcionais para as empresas interessadas em participar do certame.

CONCLUSÃO

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos apresentados acima, a presente impugnação é considerada **PROCEDENTE** e, portanto, **ACOLHIDA**; suspende-se o presente edital para retificação e a republicação do edital.